**CRUZAMENTOS ENTRE EDUCAÇÃO E CULTURA NO I CONGRESSO BRASILEIRO DE ESCRITORES (1945)**

Lorenna Bolsanello de Carvalho (ProPEd/UERJ)

Resumo

Em 1945, é realizado em São Paulo o I Congresso Brasileiro de Escritores, organizado pela Associação Brasileira de Escritores. O grupo de intelectuais que constituía a instituição era formado por tendências teóricas, políticas e literárias diversas, participando de variadas redes de sociabilidades (Sirinelli, 2003) afetivas e intelectuais. Entretanto, tais agentes se reuniram não apenas a fim de debater acerca da carreira dos profissionais de Letras, mas também a fim de questionar a conjuntura política; assim, elaboraram teses em prol de maior liberdade de escrita e democratização de conhecimentos. Neste trabalho, analisam-se os debates de aprovação das teses que propõem um cruzamento entre as áreas de Educação e Cultura, em especial relacionadas ao incentivo à leitura e à alfabetização nos anos 40. Para isso, serão utilizados os conceitos de campo e de capital simbólico e cultural, conforme proposto por Bourdieu (1996).

Palavras Chaves: Associação Brasileira de Escritores; Cultura; Leitura; Alfabetização.

Introdução

Criada em 1942, a Sociedade Brasileira de Escritores passou, no mesmo ano, a denominar-se Associação Brasileira de Escritores (doravante ABDE) e configurou-se como uma organização de intelectuais associados à literatura, ao jornalismo e ao mercado editorial nacional. Sua fundação ocorreu no período do Estado Novo, caracterizado pelo controle dos meios de comunicação e dos circuitos artísticos. Apesar de formar uma frente de questionamento à ditadura varguista e de busca por melhorias na condição profissional dos escritores, é importante ressaltar que a ABDE era formada por um conjunto heterogêneo de intelectuais (Sirinelli, 2003), sendo conformada como um espaço de disputas de projetos e de posicionamentos políticos e sociais (Melo, 2011).

O I Congresso Brasileiro de Escritores ocorreu entre 22 e 27 de janeiro de 1945 sob a coordenação de Sérgio Milliet e Aníbal Machado. Segundo Palamartchuk (2013, p. 101), as motivações do evento transitavam entre questões de caráter profissional, como “o papel social do autor e o mercado editorial, entre a indústria gráfica e o público”, e de cunho político, com debates que “centravam-se no fim da guerra, na vitória dos aliados e no esgotamento político do Estado Novo”. Pode-se afirmar, portanto, que o evento vinculava-se a um empreendimento de autonomização do campo literário[[1]](#footnote-0) (Lima, 2010), debatendo prioridades de protocolos, pautas e interesses relativos às Letras nacionais. Segundo Johnson (1995, p. 166):

Embora o campo literário possua claramente sua própria especificidade, seus valores, sua organização, seus objetos de debate e seus agentes de consagração, muitas das preocupações, tensões e estruturas do campo literário nos anos 30 são inseparáveis daqueles que pertencem a um campo intelectual mais amplo e do sistema social de que faz parte.

 Assim, para compreender as condições conjunturais que possibilitaram a criação de uma associação vinculada às lutas pela carreira dos profissionais de Letras nos anos 40, é necessário levar em consideração transformações resultantes do alargamento do mercado editorial brasileiro e das reformas educativas nos anos 30. O aumento de leitores e a maior demanda por publicações de livros no Brasil, segundo Sérgio Miceli (1979, p. 88), foi estimulada por mudanças como: “a abertura das primeiras faculdades de educação, filosofia, ciências e letras, a criação de novos cursos superiores, a reforma dos currículos com a instituição de novas disciplinas, os impulsos que recebeu o ensino técnico e profissionalizante”. Assim, pode-se afirmar que o debate sobre o cenário das letras nacionais não estava dissociado de movimentos no campo da Educação.

 Este trabalho, portanto, tem como objetivo mapear e discutir os argumentos que nortearam a aprovação ou a rejeição das teses apresentadas no I Congresso de Escritores Brasileiros associadas à Educação e, mais especificamente, à alfabetização e à leitura. Como fontes, serão utilizados os Anais do Congresso, que congregam as sessões plenárias em que são descritas as avaliações das teses pelos intelectuais.

Relações entre Cultura e Educação: posicionamentos dos escritores brasileiros

Para o evento, foram organizadas cinco comissões de trabalho, a saber: Comissão dos Direitos Autorais; Comissão de Cultura e Assuntos Gerais; Comissão de Assuntos de Teatro, Imprensa e Rádio; Comissão de Assuntos Políticos; Comissão de Redação e Coordenação. Este estudo se debruça sobre as teses postas em discussão pela Comissão de Cultura, uma vez que vários de seus textos se relacionam com o campo da Educação, em assuntos mais especificamente vinculados à alfabetização e à leitura.

Os debates em torno das teses apreciadas pela comissão de Cultura ocorreram nas 3ª e 4ª sessões plenárias do evento, respectivamente nos dias 24 e 26 de janeiro de 1945, no Centro do Professorado Paulista. Formavam a comissão os seguintes intelectuais: Lourival Gomes Machado, Cruz Costa, Reinaldo Moura, Gilda Marinho, Homero Pires, Jacinta Passos, Rodrigo de Melo Franco de Andrade, Orlando Carvalho, Dalcídio Jurandir, Lívio Xavier, Sérgio Buarque de Hollanda, José Honório Rodrigues, Pompeu de Souza e Alceu Marinho Rego. É importante destacar que a comissão em questão recebeu maior número de teses para apreciação (25 trabalhos), comprovando a relevância e a preocupação acerca do debate sobre cultura para a autonomização do campo das Letras Nacionais. O quadro abaixo sintetiza um mapeamento das teses submetidas à avaliação, bem como o ajuizamento decorrente do debate nas sessões:

**Quadro 1.** Teses apreciadas pela Comissão de Cultura e Assuntos Gerais do I Congresso Brasileiro de Escritores

|  | Autor | Título | Situação |
| --- | --- | --- | --- |
| 1 | Ernesto A. S. Carvalho da Silva | Sem título | Rejeitada |
| 2 | Mietta Santiago | Método econômico aplicado à democratização da cultura | Rejeitada |
| 3 | Hélio Magno | Democratização da cultura | Aprovada |
| 4 | Lúcia Miguel Pereira | Literatura Infantil | Recomendada para publicação |
| 5 | Dante Costa | A saúde e a educação como armas de democratização da cultura | Recomendada para publicação |
| 6 | Lia Correia Dutra | Democratização da cultura - O ensino secundário no Brasil - Curso ginasial e técnico-profissional | Rejeitada |
| 7 | Herculano Pires | Democratização da cultura | Rejeitada |
| 8 | Nair Miranda Pirajá e Carmen Lorena | A democratização da cultura por meio de bibliotecas populares | Recomendada para publicação |
| 9 | Abner Mourão | Pela unidade da língua | Rejeitada |
| 10 | Álvaro Faria | A linguagem, a liberdade e a evolução | Recomendada para publicação |
| 11 | Antônio Silva | Em defesa da boa linguagem | Rejeitada |
| 12 | A. Hoffman | O nível cultural da Nação - Sugestão de um meio que pode contribuir para elevá-la | Rejeitada |
| 13 | Aguinaldo Costa | A reforma agrária permitiria o estabelecimento de uma das bases materiais mais sólidas para a democratização da cultura no Brasil | Recomendada para publicação |
| 14 | A. Hoffman | De que o povo precisa: cursos rápidos; livros instrutivos baratos; pequenas bibliotecas ambulantes | Recomendada para publicação |
| 15 | J. O. Orlandi | Fundação do livro infantil | Rejeitada |
| 16 | João Cruz Costa | Um movimento de educação popular | Aprovada |
| 17 | Aristides Lobo | Limitação dos acentos gráficos | Rejeitada |
| 18 | Humberto Bastos | O problema da alfabetização | Rejeitada |
| 19 | Paulino Jacques | A criação literária e a liberdade | Rejeitada |
| 20 | Dalcídio Jurandir e Astrojildo Pereira | Liquidação do analfabetismo | Recomendada para publicação |
| 21 | Otto Maria Carpeaux | Vida literária e vida universitária | Recomendada para publicação |
| 22 | José Lazarini e Irineu Stronger | O estudante pobre em face à cultura | Rejeitada |
| 23 | Argeu Ramos e Mauro Alencar | Difusão de bibliotecas, elemento essencial da democratização da cultura | Rejeitada |
| 24 | Édison Carneiro | Estudos regionais | Aprovada |
| 25 | Carmen de Almeida | Bibliotecas públicas | Rejeitada |

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados retirados dos Anais do I Congresso de Escritores Brasileiros (1945)

Como é possível observar pela leitura do quadro, três (3) teses foram aprovadas, oito (8) recomendadas para publicação e (14) rejeitadas. As teses aprovadas revelam vestígios do posicionamento dos intelectuais reunidos quanto a assuntos que envolvem as relações entre a cultura, incluindo sua necessária democratização, e a Educação brasileira nos anos 40. Na arena de disputas teóricas, as interseções entre esses dois campos foram inevitáveis, fato que gerou diversas ressalvas quanto ao caráter do evento[[2]](#footnote-1). Torna-se evidente que, para a autonomização do campo literário, a ampliação da formação de leitores no Brasil era imprescindível.

Os aditivos inseridos na primeira tese aprovada, intitulada “Democratização da cultura” e escrita por Hélio Magno, revelam as preocupações dos intelectuais e suas sugestões quanto à democratização do ensino em um esforço de superação das barreiras econômicas:

1.º - necessidade ingente, para o Brasil, de uma educação feita por meio de um sistema democrático de ensino, em que não persistam as atuais barreiras econômicas;

2.º - que, nessa base, seja feito também um aumento numérico substancial das escolas e outras entidades de ensino;

O aditivo do sr. Carlos Lacerda é no sentido de ser indicado ao govêrno a necessidade de tornar gratuito, no mais breve prazo possível, o ensino secundário no Brasil (ABDE, 1945, p. 63).

De modo coerente aos pressupostos acima apresentados, a segunda tese aprovada pelo plenário foi “Um movimento de educação popular”, produzida por João Cruz Costa. O texto associava a elevação do nível cultural da sociedade brasileira à permanência na educação formal. Assim, indicava como graves problemas a evasão no ensino primário e o semi-alfabetismo, sugerindo como medidas um trabalho conjunto da ABDE com organizações trabalhistas e outras agremiações, além da fundação de uma universidade popular.

A última tese avaliada pela Comissão de Cultura aprovada em plenário, intitulada “Estudos Regionais”, escrita por Édison Carneiro, por sua vez, estava mais estritamente relacionada ao campo da Cultura e propunha incentivos à produção de monografias de caráter regionalista para uma composição mais particularista da História de formação do país e da análise de sua economia.

As discussões em torno das teses recomendadas para publicação, bem como os argumentos utilizados para a rejeição de alguns textos também exprimem pistas acerca das pautas priorizadas pelos intelectuais das Letras para o incentivo à democratização do ensino nos anos 40, como será possível observar no desenvolvimento completo deste trabalho.

Considerações finais

 Dentre as conclusões enumeradas pela Comissão de Cultura no I Congresso de Escritores Brasileiros, a terceira chama a atenção, uma vez que associa diretamente os campos da Cultura e da Educação:

3) A elevação cultural pode ser alcançada por vários processos, dos quais o principal é o sistema de educação organizado pelo Estado. Recomendando-se, portanto, uma imediata reforma que o capacite a difundir um ensino livre das barreiras de sexo, raça, religião, posses econômicas ou credos políticos (ABDE, 1945, p. 92).

 Como foi possível perceber durante a análise dos debates e pareceres em torno das teses produzidas para o evento, a preocupação dos intelectuais girava em torno da necessidade de “elevação cultural” dos brasileiros, que, por sua vez, seria obtida por incentivos de permanência na educação formal. Assim, o combate ao analfabetismo foi um ponto de atenção dos congressistas, tendo implicitamente como pressuposto a direta correlação entre o aumento de leitores na sociedade e a possibilidade de ampliação do mercado editorial nacional.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996.

DE LUCA, Tânia Regina. O 1º Congresso Brasileiro de Escritores e o Arquivo Astrojildo Pereira. *Cadernos CEDEM*, v. 1 n. 1, p. 101-110, julho 2008.

JOHNSON, Randal. *A dinâmica do campo literário brasileiro* (1930-1945). Revista USP, São Paulo (26): 164-181, jul/ago, 1995.

LIMA, Felipe Victor. *O Primeiro Congresso Brasieliro de Escritores:* movimento intelectual contra o Estado Novo (1945). 229 p. Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade de São Paulo, 2010.

MELO, Ana Amélia Moura Cavalcante de. Associação Brasileira de Escritores: dinâmica de uma disputa. Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 27, nº 46: p.711-732, jul/dez 2011.

MICELI, Sergio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil* (1920-1945). São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.

PALAMARTCHUK, Ana Paula. Hamlet acabará Narciso? Associação Brasileira de Escritores 1941-1945. *Antíteses*. vol. 6, n. 11, p. 100-126, jan./jun. 2013.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. *In*: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-270.

Fontes

Anais do I Congresso Brasileiro de Escritores. São Paulo, 1945.

1. Neste trabalho, utilizamos o conceito de campo, conforme desenvolvido por Bourdieu (1996). [↑](#footnote-ref-0)
2. A título de exemplificação, segue um excerto do debate que revela o imbricamento entre os campos da Cultura e da Educação (ABDE, 1945, p. 66): “GENOLINO AMADO - [...] sou absolutamente contrário à sua opinião de que êste Congresso não é de educadores. Nós somos principalmente educadores [...]”. [↑](#footnote-ref-1)